

## **LEI Nº 3.066/2016**

***Súmula:*** “Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, e dá outras providências”.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I DA POLÍTICA MUNICIPAL**

**Art. 1º.** A Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa no âmbito do Município de Araucária – PR, instituída pela Lei Municipal nº 1.474/2004, tem por objetivo assegurar os direitos da pessoa maior de 60 (sessenta) anos, criando condições para sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

**Art. 2º.** Na consecução desta política cumprir-se-ão as diretrizes estabelecidas na legislação própria, notadamente a estabelecida na Lei federal nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994, e Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.

### **CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES**

**Art. 3º.** Na execução da política municipal da pessoa idosa observar-se-ão os seguintes princípios:

- I. o dever da família, da sociedade e do Município, em assegurar a pessoa idosa todos os direitos da cidadania, garantindo a sua plena convivência familiar e participação na comunidade, defendendo a sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
- II. a divulgação dos conhecimentos quanto ao processo natural de envelhecimento, através dos meios de comunicação disponíveis;
- III. o tratamento a pessoa idosa, sem discriminação, de qualquer natureza;
- IV. o direcionamento a pessoa idosa com o principal agente e destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;
- V. o fortalecimento e a valorização dos vínculos familiares, de modo a evitar o abandono da pessoa idosa à ação pública, à internação inadequada e/ou desnecessária em estabelecimentos asilares;
- VI. a formulação, coordenação, supervisão e avaliação dos serviços ofertados nos planos, programas e projetos no âmbito municipal.

**Art. 4º.** A implantação da política municipal é competência dos órgãos públicos e da sociedade civil organizada, cabendo:

#### **I. na área da Assistência Social:**

- a. a prestação dos serviços e o desenvolvimento de ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas da pessoa idosa, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não governamentais;
- b. o estímulo à criação de incentivos e de alternativas de atendimento a pessoa idosa, como centros de convivência da família, grupos de convivência, Centro Dia, condomínios da terceira idade, oficinas ocupacionais, atendimentos domiciliares e outros;
- c. a promoção de simpósios, de seminários e de encontros específicos;
- d. o planejamento, a coordenação, a supervisão e o financiamento de estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social da pessoa idosa;
- e. a priorização e a garantia da eficácia do atendimento nos benefícios previdenciários e sociais;
- f. o desenvolvimento de outras ações que se fizerem necessárias na área.

## **II. na área da Saúde:**

- a. a garantia a pessoa idosa da assistência à saúde nos diversos níveis de atendimento do Sistema único de Saúde – SUS;
- b. a prevenção, a promoção, a proteção e a recuperação da saúde da pessoa idosa, mediante ações específicas;
- c. a adoção e ampliação de normas de funcionamento às instituições geriátricas e similares com fiscalização pelos gestores do SUS;
- d. a elaboração de normas de serviços geriátricos;
- e. o desenvolvimento de formas de cooperação entre entidades internacionais, Ministério da Saúde, Secretarias da Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e entre centros de referência em Geriatria e Gerontologia para treinamento de equipes interprofissionais;
- f. o oferecimento, em parceria com sociedades científicas e órgãos de formação, de meios de capacitação de recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia;
- g. a realização de estudos para detectar o caráter epidemiológico de determinados agravos à saúde da pessoa idosa, com vistas à prevenção, tratamento e reabilitação;
- h. a adequação dos serviços de saúde do Município para o atendimento e tratamento da pessoa idosa;
- i. a difusão, à população, de informações sobre o processo de envelhecimento;
- j. a capacitação de agentes comunitários para o atendimento a pessoa idosa;
- k. outras atividades que se fizeram necessárias na área.

## **III. na área da Educação:**

- a. a adequação dos currículos, das metodologias e dos materiais didáticos aos programas educacionais destinados a pessoas idosas;
- b. a inserção nos currículos mínimos, nos diversos de ensino formal, conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização da pessoa idosa, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre a matéria;
- c. o desenvolvimento de programa educacional e em especial a utilização dos meios de comunicação que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento;

- d. o desenvolvimento de programas que adotem modalidades de ensino a distância, adequados às condições da pessoa idosa;
- e. outras atividades que se fizerem necessárias na área.

**IV. na área do Trabalho e Previdência Social:**

- a. garantia de mecanismos que impeçam a discriminação da pessoa idosa quanto a sua participação no mercado de trabalho, nos setores públicos e privados;
- b. criação e estímulo à manutenção de programas de preparo para a aposentadoria nos setores públicos e privados com antecedência mínima de 2 (dois) anos do afastamento, para que tenham realmente acesso aos seus direitos sociais e previdenciários;
- c. criação de mecanismos que favoreçam a geração de emprego e renda, destinados à população idosa;
- d. outras atividades que se fizerem necessárias na área.

**V. na área da Habitação e Urbanismo:**

- a. a destinação, nos programas habitacionais, de unidades em regime de comodato ou de locação subsidiada a pessoa idosa, submetido previamente a uma avaliação técnica pelos órgãos envolvidos, na modalidade de casas, lares e condomínios da terceira idade;
- b. a garantia, nos programas habitacionais, da inclusão do desenho universal, proporcionando a acessibilidade e vida independente da pessoa idosa;
- c. o direcionamento aos projetos arquitetônicos e urbanos de modo a atender às normas de acessibilidade ao meio físico, voltados às necessidades da pessoa idosa;
- d. outras atividades que se fizerem necessárias na área.

**VI. na área da Justiça:**

- a. a promoção, a defesa e a garantia a pessoa idosa do pleno exercício de seus direitos;
- b. a informação à pessoa idosa a respeito da legislação pertinente;
- c. a prestação dos serviços de advocacia gratuita a pessoa idosa carente de recursos econômicos, com prioridade e eficiência, objetivando a proteção de seus direitos e acesso à justiça;
- d. a eliminação, através dos mecanismos legais, de toda e qualquer prática de discriminação a pessoa idosa;
- e. o estímulo à criação de sociedades civis na defesa dos direitos e da cidadania da pessoa idosa;
- f. outras atividades que se fizerem necessárias na área.

**VII. na área da Cultura, Esporte e Lazer:**

- a. a garantia a pessoa idosa na participação do processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais;
- b. a garantia de acesso à pessoa idosa aos locais e eventos culturais mediante programação especial, em âmbito municipal;
- c. a promoção de atividades culturais aos grupos de pessoas idosas;



- d. estimular a organização de eventos em espaços e locais onde as pessoas idosas possam colocar suas experiências à consideração e apreciação do público, da comunidade e das gerações mais novas;
- e. promover programas de lazer, de turismo e de práticas esportivas que proporcionem uma melhor qualidade de vida da pessoa idosa e estimulem sua participação na comunidade;
- f. outras afinidades que se fizerem necessárias na área.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI**

**Art. 5º.** O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, criado pela Lei Municipal nº 1.474/2004, é um órgão colegiado de caráter permanente, paritário e deliberativo da política de defesa dos direitos da pessoa idosa, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS.

**Art. 6º.** São competências do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:

I. a supervisão, o acompanhamento e a fiscalização da política de promoção, de proteção e de defesa dos direitos da pessoa idosa, observada a legislação em vigor, atuando no sentido de plena inserção na vida socioeconômica e político-cultural do Município de Araucária, objetivando ainda a eliminação de preconceitos;

II. o estabelecimento de prioridades de atuação e de definição da aplicação dos recursos públicos municipais destinados às políticas sociais básicas de atenção a pessoa idosa;

III. o acompanhamento da elaboração e da avaliação da proposta orçamentária do Município, indicando à Secretaria Municipal de Assistência Social, as modificações necessárias à consecução da política formulada, bem como, a análise da aplicação de recursos relativos à competência deste Conselho;

IV. o acompanhamento da concessão de auxílio e subvenções às entidades particulares filantrópicas e sem fins lucrativos, atuantes no atendimento a pessoa idosa;

V. a avocação, quando entender necessário, do controle sobre a execução da política municipal de todas as áreas afetas a pessoa idosa;

VI. a proposição aos poderes constituídos de modificação nas estruturas dos órgãos governamentais deferentes ligados às promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa;

VII. o oferecimento de subsídios para a elaboração de leis atinentes aos interesses das pessoas idosas;

VIII. o incentivo e o apoio à realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção da proteção e da defesa dos direitos da pessoa idosa;

IX. a promoção de intercâmbio com entidades públicas, particulares, organismos nacionais, internacionais e estrangeiros, visando a atender a seus objetivos;

X. o pronunciamento, a emissão de pareceres e a prestação de informações sobre assuntos que digam respeito à promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa;

XI. a aprovação de acordo com critérios estabelecidos em seu regimento interno, do cadastramento de entidades de defesa ou de atendimento a pessoa idosa que pretendam integrar o Conselho;

XII. o recebimento de petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados as pessoas idosas, adotando as medidas cabíveis;

XIII. a fiscalização das entidades governamentais e não-governamentais de atendimento a pessoa idosa.

**Art. 7º.** O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa compor-se-á de 12 (doze) membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

I. 06 (seis) representantes de organizações não governamentais diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento a pessoa idosa, legalmente constituído e/ou usuários representantes da pessoa idosa;

II. 06 (seis) representantes do Poder Executivo Municipal, sendo:

- a. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- b. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- c. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- d. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
- e. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- f. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Governo.

**Art. 8º.** A escolha das organizações não-governamentais será realizada mediante eleição entre as mesmas, em reunião específica, a ser marcada, para a primeira gestão, pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art. 9º.** Caberá aos órgãos públicos e às organizações não-governamentais, a indicação de seus membros efetivos e suplentes, para a devida nomeação do Prefeito do Município, no prazo a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art. 10.** O não atendimento ao disposto do art. 9º, quando se tratar de organização não-governamental, implicará na substituição da organização infratora por sua suplente mais votada na ordem de sucessão.

**Art. 11.** Os membros do Conselho e seus respectivos suplentes serão nomeados para mandato de 02 (dois) anos, através de Decreto e publicado em Diário Oficial.

**Art. 12.** Os membros representantes das organizações governamentais e não-governamentais poderão ser reconduzidos para um novo mandato, atendidas as condições que forem estipuladas pelo Regimento Interno do Conselho.

**Art. 13.** As funções de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa não serão remuneradas, sendo o seu exercício considerado relevantes serviços prestados ao Município.

**Art. 14.** O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa reunir-se-á ordinariamente a cada mês, e extraordinariamente, por convocação de seu presidente ou da maioria absoluta de seus membros.

**Art. 15.** Poderão participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, com função consultiva e fiscalizadora, o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná – Subseção de Araucária, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, o Poder Judiciário e o Legislativo.

**Parágrafo Único.** As reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa são públicas e qualquer cidadão pode participar como ouvinte.

**Art. 16.** O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa contará com um Secretário executivo, a ser indicado por seu Presidente e aprovado pela maioria simples do Colegiado.

**Art. 17.** O Presidente, e o Vice-Presidente do Conselho serão eleitos na primeira reunião, pela maioria qualificada dos membros integrantes do Conselho.

## **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 18.** Considerar-se-á instalado o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, em sua primeira gestão, com a publicação dos nomes de seus integrantes no órgão de Imprensa Oficial do Município e respectiva posse dos mesmos.

**Art. 19.** A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará o necessário apoio técnico e administrativo para a consecução das finalidades do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

**Art. 20.** A organização e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa serão disciplinados em Regimento Interno, a ser aprovado por ato do referido Conselho, no prazo de 60 (sessenta) dias, após a posse de seus membros.

**Art. 21.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua publicação.

**Art. 22.** A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Municipal nº 1.474, de 12 de abril de 2004.

Prefeitura do Município de Araucária, 22 de dezembro de 2016.

**WILSON ROBERTO DAVID MOTA**  
**Prefeito Municipal**